

ÉDIPO-REI: UMA ANÁLISE JUSFILOSÓFICA

Alex Feitosa de Oliveira
Caroline Câmara Duarte
Danilo Barroso Frota
Eugênio Cavalcante Matos
Felipe Lima Gomes
Felipe Frota Martins
Fernanda Elisa Viana Pereira
Fernando Freire Vasconcelos
Isabel Maira Guedes de Souza Eickmann
Jorge Eduardo de Freitas Diógenes
José Olavo Fonteles Neto
Maria Eduarda Alves Pinheiro
Philipe Martins de Lacerda
Renata de Figueiredo Santos
Rommel Barbosa Andrade
Tiago Cruz Viana de Oliveira

*Graduandos da Centenária Faculdade de Direito
da Universidade Federal do Ceará*

Sumário: Resumo. 1. Grécia Antiga – Como a Ética e a Moral Clássica influenciaram Sófocles. 2. Jusnaturalismo e relações de poder em Édipo Rei. 3. O Devir em Édipo e o confronto entre o Mundo Sensível e o Inteligível. 4. Psicanálise em Édipo. 4.1. Das relações de conduta e poder. 4.2. Édipo à luz da psicanálise. 5. O Saber e o Poder na visão de Foucault. 6. O conhecimento da verdade em Édipo Rei (baseado na visão de Nietzsche). 7. Conclusão. 8. Referências Bibliográficas.

Resumo

Trata-se de uma breve análise acerca da obra clássica Édipo-Rei, de autoria do dramaturgo grego Sófocles, objetivando reconhecer alguns dos principais aspectos jusfilosóficos presentes.

1. Grécia Antiga – Como a Ética e a Moral Clássica influenciaram Sófocles

Presenciando um momento de mutação, Sófocles percebe que as noções e concepções éticas mudariam bastante de sua juventude até seu fim. Enquanto Sócrates pregava o método dialógico nas ruas da crescente Atenas, Platão aprendia com o mestre. E nas peças teatrais preponderava um olhar para o passado cujo objetivo era refletir para que não se repetisse os mesmos erros de outrora e levassem toda uma civilização à ruína, através das tragédias.

Enquanto a ética discorria sobre relações interpessoais, poder, certo e errado, justo e injusto; a moral, em sendo particular, mostrava toda a degradação do homem em face dos costumes e tradições. Políticos tentando garantir o seu quinhão, comerciantes sempre querendo “melhorar” o comércio, cidadãos sonhando com o reconhecimento público na *ágora*.

Era através das encenações de tragédias que se tentava resgatar o rumo dos preceitos de moral, numa época onde o sagrado digladiava com o profano, as leis divinas

parecem estar no mesmo plano das leis humanas.

E em Édipo Rei todas essas questões aparecem no jogo de poder, nas discussões de até onde vai o poder real, nas relações familiares permeadas por incestos e parricídios.

2. Jusnaturalismo e relações de poder em Édipo Rei

O Jusnaturalismo dos escolásticos concebia o direito natural como um conjunto de normas ou de primeiros princípios morais imutáveis, consagrados ou não na legislação da sociedade. Estes, portanto, resultariam da natureza de Deus; seriam apreendidos imediatamente pela inteligência humana como verdadeiros.

Assim, as normas construídas pelos legisladores seriam aplicações dessas primeiras premissas naturais e imanentes. Por exemplo, de princípios de direito natural viriam afirmações como “não é permitido matar” ou “proíbem-se a eutanásia e o aborto”.

No caso de Édipo Rei, o direito natural expressa-se em situações como o direito de resistência e o poder de origem divina.

Por exemplo, quando Édipo interpela Tirésias, o sábio, ele o faz com muita rudeza. A resposta de Tirésias mostra que há algo acima do poder instituído. Vejamos:

“Tirésias – mesmo não sendo rei, tenho direitos. Não respondo a ti nem a Creonte; sim ao deus Apolo”

Justamente por isso, Tirésias é sutilmente irônico ao dizer:

“Tirésias – ao lado da verdade, sempre o uso da força...”

Uma das pérolas de Sófocles, extremamente atual, cabendo um paralelo com os conflitos ázio-americanos. O mais recente caso é o Iraque, bombardeado pelos EUA simplesmente porque os americanos podiam bombardear. Se por um lado não havia provas razoáveis da existência de ameaça por meio de armas químicas ou biológicas – ou mesmo nucleares – o presidente americano não precisava delas para agir; ele já possuía a força, dezenas de vezes superior a da Europa e China, os demais pólos de poder, assim como superior a do Iraque, o país invadido.

Quem diria que as profecias de Tirésias também se adequariam aos EUA, atual Édipo do mundo contemporâneo:

Tu enxergas, mas não vê; Sabe onde moras, mas não sabe com quem te deitas!

Um dia fugirás cheio de vergonha!
Quem vê em breve só enxergará sombras!

Tua casa será um porto horrível!

Já que o gasto irresponsável da economia americana causando déficits e quedas no principal padrão comercial – o dólar – é uma ameaça tanto interna quanto externa. Um dia fugirão cheios de vergonha?

Ademais, Creonte possui mais um direito considerado como imanente na peça que é a defesa.

Vejam os:

Creonte – Preciso me defender! Jamais tomaria o poder. Pra quê? Se quando todos precisam te falar, primeiro se dirigem a mim. E os atendo com atenção.”

Ou ainda: “**Creonte** – Sim, mereceria a morte se ficasse provada a minha culpa.”

Nesse mesmo diálogo, Édipo volta a mostrar autoritarismo no que esbarra em direitos tidos como fundamentais:

“**Édipo** - Tomas juízo, pois deves obedecer a quem tem o poder.

Creonte - Se mandas mal, não devo obedecer.”

Caracteriza-se o direito à resistência ao poder arbitrário e tirano. Dele fala Henry David Thoreau pregando a desobediência civil ao estado americano. Não desejava ele pagar impostos e contribuir com invasões a outras nações (México). Para Thoreau, o mero ato de votar não é suficiente, pois mudança através do voto só ocorreria quando nada mais haveria a ser mudado. Thoreau afirma que leis injustas não devem ser obedecidas. O homem se contentaria em “ser barro a ser moldado para tapar um buraco e cortar o vento? (Shakespeare)”. Homens assim, para ele, valem mais do que espantalhos ou cachorros.

Realmente, parece óbvio o dever de não obedecer a uma lei injusta. Locke afirma que a lei natural é mais clara do que a lei jurídico-positivada, que é complicada

e ambígua e justa apenas se fundamentada na natureza.

Em que sentido teria Édipo dito: “**Édipo** – Meu povo! Meu povo! Vês o que ele faz?”.

Em um sentido afetivo, de quem clama, ou em sentido possessivo de quem manda?

Oportuna a resposta: “**Creonte** - Também sou do povo que não é só teu”.

Com o tempo, o poder passou a Creonte. Mesmo assim, os direitos naturais continuaram a ser respeitados:

“**Édipo** - Deverás afastar-me de Tebas, exilando-me.

Creonte - Só o deus poderá decidir quanto ao teu banimento.”

A vontade do deus entra como um julgamento. Não é Creonte que decidirá, mas o deus.

Uma última observação acerca do direito natural apontará para Antígona, uma das peças da Trilogia Tebana. Nesta peça o irmão de Antígona está morto e não terá direito a ser enterrado em solo natal e nem às libações sagradas (referimo-nos a Polinices). Antígona ordena que seu irmão seja enterrado conforme o que ela considera certo e justo de ser feito. Isso, entretanto contraria as ordens de Creonte. O argumento a favor do enterro é que muito antes de Creonte chegar ao poder aquele era um costume consolidado, um hábito, mesmo uma lei. Além de reafirmarmos a posição de que as leis contra o que é considerado “natural” pela sociedade tendem a ser ineficazes, vemos que o poder “subiu a cabeça” de Creonte. O poder corrompe, ou melhor, esquizofreniza.

3. O Devir em Édipo e o confronto do mundo inteligível com o sensível

A obra Édipo - Rei de Sófocles, antes de ser mero retrato da realidade sensível, é um logos que encerra em si a problemática grega do DEVIR, mudança que vai do Nada ao Ser e deste ao Nada. Sófocles, nesta obra, em 430 a.C, já consegue conciliar o problema posto por Heráclito de Éfeso (549?-475?) e Parmênides (515/510-435?).

Heráclito diz que tudo é devir; este devir é o princípio. Para este filósofo da Escola Jônica, “tudo flui (panta rei), nada persiste, nem permanece o mesmo”. Parmênides, no entanto, define que as coisas são imóveis e ingêntas. Na concepção deste eleata, devemos atingir pela razão o Ser que é uno, indivisível, imutável, intemporal.

Danilo Marcondes cita em seu livro *Textos Básicos de Filosofia* que Platão foi fortemente marcado pela filosofia de Heráclito e Parmênides, procurando conciliar a oposição entre ambos.

Sófocles, em sua obra antecipa a solução que Platão (429/427-348/347) conseguirá levar a cabo com a teoria do Mundo das Idéias e do Mundo Sensível, quase meio século depois. Platão reúne em seus pensamentos a conciliação daquilo que é imutável e eterno com aquilo que flui e movimenta-se. Conclui que a imutabilidade está no plano ideal, racional, espiritual, o chamado Mundo das Idéias. Já o movimento pertence ao Mundo dos Sentidos.

A questão grega da visão circular de mundo bem como a luta travada no pensamento antigo entre Sensível e

Inteligível são mostradas no drama Édipo Rei através das figuras de Laio e Édipo.

Havia nesses personagens o medo do logos, considerado a essência do destino difundida no universo e representada pelo Oráculo de Delfos (depositário da verdade incorruptível e inteligível). O que o Oráculo revelava passou a fazer parte de um ciclo que tinha que ser cumprido, para que se cumprisse a ordem do Universo. E é dessa verdade que Laio e Édipo tentam fugir.

Na tentativa de evitar o devir, ambos fizeram o devir. Essa tentativa deveu-se ao desconhecimento da sua própria essência, possuidora de um logos que por si só seria capaz de ser visto.

A problemática edipiana era uterina, por isso ela parte de Delfos, o qual tinha uma pré-história como local oracular muito antes de Apolo (os gregos ligavam o nome de *delphús* a “útero”). Nesse sentido, os personagens de Sófocles partem de Delfos e a ele sempre recorrem para obterem a Verdade. No entanto, o útero precisa ser fecundado. Para contemplar a verdade e transcendê-la, fazem-se necessários laivos de idéias.

Tirésias aparece nesse contexto como a representação do mundo do inteligível, o germe da verdade. Ao entrar em cena, dá-se o conflito entre o Mundo Inteligível e o Sensível. Tirésias tem consciência que Édipo precisa ser iluminado pela luz da verdade e habituar-se a ela até que, aos poucos, consiga separar o Mundo das Sombras do Mundo da Realidade, tal qual ocorreu no *Mito da Caverna*, de Platão.

Notemos que, caso o ancião revelasse a verdade a Édipo, já não mais seria verdade, posto que faltaria a “*contemplatio*”, sem a qual não se atinge a *epistéme*. Mais uma vez, o conhecimento estaria chegando àquele através da audição e da voz, ou seja, por meios sensíveis.

Tirésias, ao dizer: “... os olhos teus são bons e todavia não vês os males todos que te envolvem...”, e a seguir: “...ele, que agora vê demais, ficará cego...”, prevê o que ocorrerá com Édipo. Assim como ele, o rei contemplará a verdade e, ao vê-la, cegar-se-á como sentença por ter olhos e mesmo assim não a ter visto antes. Assim como o vidente, verá com o olhar da Mente e não com os olhos sensíveis.

Tirésias, ao dizer: “Verás num mesmo dia teu princípio e fim”, condensa em palavras a essência do devir.

Tebas havia perdido os laços com o passado; nela existia apenas o eterno presente; o ciclo grego precisava ser retomado, e somente uma pessoa poderia retomá-lo: Jocasta. Somente ela possuía o ventre que resgataria o ciclo do eterno Devir. O presente, portanto, precisava unir-se ao passado.

Ao resgatar o passado, Édipo começa a sair do labirinto e seus olhos começam a ver. Quanto mais adensa o diálogo entre Édipo e Jocasta, mais aquele se vê ofuscado pelo brilho da Verdade, uma vez que percebeu que vivia no mundo das sombras. Começa a sair da Caverna, de seu senso-comum, do mundo das aparências e a enfrentar a realidade. Édipo estava desenraizado, participava de um inconsciente coletivo que não era seu e, ao tentar fugir dele, cumpre o que o Oráculo profetizara.

Na verdade, o Oráculo nada vaticinara, apenas disse a Édipo que o Mundo Sensível está em constante mudança. Não houve uma imposição dos deuses, mas uma manifestação da realidade tal qual é, posto que Ihe foi revelado simplesmente o ser das coisas.

Ao encaixar os fatos, através de relatos de situações passadas, Édipo contempla com dor a verdade e diz transtornado: “Ai de mim! As dúvidas desfazem-se! Ah! Luz do sol. Queiram os deuses que esta seja a derradeira vez que te contemplo!”. Eis o momento em que Édipo alcança verdade.

Ao presenciar a terrível cena da morte de Jocasta, enforcada, diz-nos o mensageiro que Édipo retira os alfinetes de ouro e crava-os nas órbitas, gritando que o fazia para não vê-la, nem aos males de que sofria, nem ainda aos que ele mesmo povoou.

Desse modo, o ciclo metafísico foi cumprido. Édipo chegou ao Inteligível, sofreu o processo de ascese, não mais porque os deuses profetizaram. Ele não recebeu a Verdade a partir de um oráculo, mas essa se construiu a partir da memória resgatada.

Marilena Chauí cita em sua obra *Convite à Filosofia* que conhecer, segundo Platão, é recordar a verdade que já existe em nós, é despertar a razão para que ela se exerça por si mesma.

Édipo perdeu o poder em Tebas, mas ganhou o saber. Sai da condição de poder temporal para atemporal. Reconhece a si e a Tebas. Não está mais desenraizado. A história de Tebas cumpriu o ciclo de crescimento: sofreu o ritual de passagem.

Percebe-se, portanto, a grandiosidade da obra de Sófocles, à medida que consegue antecipar em grande estilo a conciliação platônica entre os pensamentos de Heráclito e Parmênides. A virtude de Platão, por outro lado, consiste em ter ido além de Sófocles, ao sistematizar o pensamento grego e lançar a problemática para o Mundo da *Epistême*, enquanto aquele ficou no Mundo da Representação.

4. Psicanálise em Édipo

4.1. Das relações de conduta e poder

Na obra, todas as personagens se nos apresentam com relativo equilíbrio emocional, de tal forma que buscavam o máximo de ponderação ao afirmar qualquer coisa, tirante Édipo, quando se considerava traído por Creonte. Todos buscam uma retidão em suas condutas.

Mas, por que as personagens procuram essa retidão? Para demonstrar, ou mesmo legitimar, a posição que cada um ocupa na sociedade. Tirésias não admite que Édipo o acuse de perfídia; o Corifeu se mostra o contraponto de Édipo na querela que este teve com Creonte, pois o chefe do coro se mostra sempre cauteloso e imparcial. Mas nos ateremos a duas condutas: a de Édipo e a de Jocasta.

O rei Édipo, ao ser acusado por Tirésias de ser o assassino do próprio pai, não só procura esvaziar a faculdade de adivinhação do velho cego, como o acusa de tramar com Creonte a derrubada dele do poder. Observemos que a primeira preocupação de Édipo é com o poder, pois

Creonte assumiria o governo de Tebas caso Édipo fosse derrubado. Analisemos esta importante passagem da peça em que o cunhado do rei procura se defender da acusação de atentar contra Édipo:

... Considera isto em primeiro lugar: acreditas que alguém iria preferir o poder, com as inquietações que comporta, a dormir tranqüilo, podendo também governar? Eu, pelo menos - e como qualquer outra pessoa de bom juízo -, não nasci com o desejo de ser rei, mas com o poder de agir como um rei. Como, portanto, me agradaria mais ser rei, do que ter um poder e uma autoridade sem responsabilidade? (...) todos que necessitam algum favor teu, a mim recorrem, pois, por meu intermédio, tudo podem conseguir.

Pela fala de Creonte, percebe-se claramente que o poder de que já dispõe torna dispensável, indesejável até, a condição de rei. Entretanto, Édipo continua com o desejo fixo de eliminar Creonte pelo fato de ver uma possibilidade de perder o poder em Tebas, e ser exatamente Creonte o virtual sucessor dele no poder. E em nome da retidão a que nos referimos, Édipo aplica a si a punição de assassino, sem buscar se aproveitar do fato de jamais ter podido imaginar que entre aqueles homens que matara na

encruzilhada de três caminhos estivesse o rei Laio.

Mais complexa é a conduta de Jocasta na peça. Já conhecedora do oráculo de que o seu filho mataria o pai e a desposaria, ela tenta demover Édipo da idéia de ir mais adiante nas investigações. Certamente, Jocasta já não estava muito à vontade com aquela verdade que se delineava assustadora. A condição que detinha de esposa do rei, desde o tempo de Laio, fê-la temer aquelas investigações, que em determinado ponto já apontavam Édipo como provável assassino de Laio.

O filólogo e filósofo alemão Friedrich W. Nietzsche pergunta, no prólogo de seu livro *Ecce Hommo*: “Quanta verdade suporta, de quanta verdade é capaz um espírito?” Provavelmente, a resistência de Jocasta àquela verdade não permitisse que ela quisesse ir mais além nas investigações.

4.2. Édipo à luz da psicanálise

A estória de Édipo, fundada no incesto e no parricídio cometidos por ele, foi considerada o eixo fundamental da psicanálise para Sigmund Freud. Mostraremos o que Laplanche e Pontalis sugerem para a expressão Complexa de Édipo no Vocabulário de Psicanálise, da autoria dos dois:

Conjunto organizado de desejos amorosos e hostis que a criança sente em relação aos pais. Sob sua forma dita positiva, o complexo apresenta-se como na história de Édipo Rei:

desejo da morte do rival que é a personagem do mesmo sexo e desejo sexual pela personagem do sexo oposto. Sob sua forma negativa, apresenta-se do modo inverso: amor pelo progenitor do mesmo sexo e ódio ciumento ao progenitor do sexo oposto. (...) Para os psicanalistas, ele é o principal eixo de referência da psicopatologia; para cada tipo patológico eles procuram determinar as formas particulares da sua posição e da sua solução. A antropologia psicanalítica procura encontrar a estrutura triangular do Complexo de Édipo, afirmando a sua universalidade nas culturas mais diversas, e não apenas naquelas em que predomina a família conjugal.

Interessante notar que a concretização da descoberta do Complexo de Édipo deu-se pela própria vivência de Freud, que o levou a reconhecer o amor que sentia pela mãe e um ciúme pelo pai, pela atenção que este a dedicava. Freud procurou demonstrar que o mito grego salienta uma compulsão que as pessoas reconhecem por perceberem marcas da existência.

Convém salientar que o Complexo de Édipo não deve ser reduzido a uma situação determinada, à autoridade

que a casa paterna exerce sobre a criança. A força dessa teoria reside no fato de que uma instância interditoria (no caso, a proibição do incesto) manifesta-se como um óbice intransponível no acesso a uma satisfação que seria naturalmente procurada. Isso reduz a eficácia de uma crítica da escola culturalista, segundo a qual em civilizações em que o pai é desprovido de funções repressivas não existiria o Complexo de Édipo. Na verdade, os psicanalistas procuram descobrir, nessas civilizações, em que instituições ou mesmo personagens reais se encarnam, as instâncias interditorias. É interessante notar que na obra Édipo Rei o próprio Édipo não tem consciência de que mataria seu pai e desposaria a sua mãe. É exatamente o medo de que isso ocorresse que o faz sair de Corinto e chegar a Tebas.

5. O Saber e o Poder na visão de Foucault

A partir de Freud, a história de Édipo vinha sendo considerada como relatando a fábula mais antiga de nosso desejo e de nosso inconsciente. No entanto, Foucault afirma, em sua segunda conferência, que Édipo não seria, pois uma verdade da natureza, mas um instrumento de limitação e coação que os psicanalistas, a partir de Freud, utilizam para conter o desejo e fazê-lo entrar em uma estrutura familiar definida por nossa sociedade em determinado momento.

A história de Édipo pretende ser alguma coisa que tem a ver não com a história indefinida, sempre recomeçada do nosso desejo e do nosso inconsciente, mas com a história de um poder, um poder político.

Deixando de lado o problema do fundo mítico a que se liga a tragédia de Édipo, esta é representativa e, de certa maneira, instauradora de um certo tipo de relação entre poder e saber, entre poder político e conhecimento, de que nossa civilização ainda não se libertou. Existe na nossa civilização um complexo de Édipo que não diz respeito ao nosso inconsciente e ao nosso desejo, nem às relações entre desejo e inconsciente. Se existe complexo de Édipo, ele se dá não ao nível individual, mas coletivo, de poder e de saber.

A tragédia de Édipo é fundamentalmente o primeiro testemunho que temos das práticas jurídicas gregas. Um soberano e um povo conseguem, por uma série de técnicas, descobrir uma verdade que coloca em questão a própria soberania do soberano. A tragédia de Édipo é, portanto, a história de uma pesquisa da verdade; é um procedimento de pesquisa da verdade que obedece exatamente às práticas jurídicas gregas daquela época.

É interessante observar que encontramos ainda na tragédia de Sófocles restos da prática de estabelecimento da arcaica prática da prova de verdade em que esta é estabelecida judicialmente não por uma constatação, uma testemunha, um inquérito ou uma inquisição, mas por um jogo de prova, de desafio lançado por um adversário ao outro. Primeiro, na cena entre Creonte e Édipo, quando Édipo critica seu cunhado por ter truncado a resposta do Oráculo de Delfos, dizendo: “Tu inventaste tudo isto simplesmente para tomar meu poder, para me substituir”. E Creonte responde, sem que procure estabelecer a verdade através de testemunhas: “Bem, vamos jurar. E eu vou jurar

que não fiz nenhum complô contra ti”.

Édipo, ao saber que a peste de Tebas era devida à maldição dos deuses em consequência de conspurcação e assassinato, responde dizendo que se compromete a exilar a pessoa que tiver cometido este crime, sem saber, naturalmente, que ele mesmo o cometera.

Para saber o nome do assassino, vai ser preciso apelar para alguma coisa, para alguém, uma vez que não se pode forçar a vontade dos deuses. Este outro, o duplo de Apolo (deus de Delfos), seu duplo humano, sua sombra mortal é o adivinho Tirésias, que, como Apolo, é alguém divino, mas perecível, enquanto Apolo é imortal; e, sobretudo, ele é cego, está mergulhado na noite, enquanto Apolo é o deus do Sol. Ele é a metade de sombra da verdade divina, o duplo que o deus luz projeta em negro sobre a superfície da Terra. É esta metade que se vai interrogar. E Tirésias responde a Édipo dizendo: “Foste tu quem matou Laio”.

Curiosamente, toda esta velha história é formulada pelo adivinho e pelo deus na forma de futuro, prescritiva e profética. Precisamos agora do presente e do testemunho do passado: testemunho este do que realmente aconteceu. O primeiro é dado espontaneamente e inadvertidamente por Jocasta ao dizer: “Vês bem que não foste tu, Édipo, quem matou Laio, contrariamente ao que diz o adivinho. A melhor prova disto é que Laio foi morto por vários homens no entroncamento de três caminhos”. A este testemunho vai responder a inquietude, já quase a certeza, de Édipo: “Matar um homem no entroncamento de três caminhos é exatamente o que fiz; eu me lembro que ao chegar a Tebas matei alguém

no entroncamento de três caminhos”. Assim, pelo jogo dessas duas metades que se completam, a lembrança de Jocasta e a lembrança de Édipo, temos esta verdade quase completa, a verdade do assassinato de Laio.

O que falta é exatamente o que lhes dá uma espécie de esperança, pois o deus predisse que Laio não seria morto por qualquer um, mas por seu filho. Portanto, enquanto não se provar que Édipo é filho de Laio, a predição não estará realizada. Contudo, isto se descobrirá pelo testemunho do escravo que veio de Corinto anunciar a Édipo que Pôlibo morreu, e que este não era seu pai. O pastor de ovelhas, escravo fugido depois do drama, que havia escondido a verdade em sua cabana, confirma: “Com efeito, dei outrora a este mensageiro uma criança que vinha do palácio de Jocasta e que me disseram que era seu filho”.

Foi preciso esta reunião do deus e do profeta, de Jocasta e de Édipo, do escravo de Corinto e do escravo do Citéron para que todas estas metades e metades de metades viessem ajustar-se umas às outras, adaptar-se, encaixar-se e reconstituir o perfil total da história.

Esta forma, realmente impressionante, no Édipo de Sófocles, não é apenas uma forma retórica. Ela é ao mesmo tempo religiosa e política. Um instrumento de exercício de poder que permite a alguém que detém um segredo ou um poder quebrar em duas partes um objeto qualquer de cerâmica etc., guardar uma das partes e confiar a outra que deve levar a mensagem ou atestar sua autenticidade. As mensagens, os mensageiros que ele envia e que devem retornar autenticarão sua ligação ao poder pelo

fato de cada um deles deter um fragmento da peça e poder ajustá-los aos outros fragmentos.

O que havia sido dito em termos de profecia no começo da peça vai ser redito sob forma de testemunho dos dois pastores. E assim como a peça dos deuses aos escravos, os mecanismos de enunciado da verdade ou a forma na qual a verdade se enuncia mudam igualmente. Quando o deus e o adivinho falam, a verdade se formula em forma de prescrição e profecia, na forma de um olhar eterno e todo poderoso do deus Sol, na forma do olhar do adivinho que, apesar de cego, vê o passado, o presente e o futuro. É esta espécie de olhar mágico-religioso que faz brilhar no começo da peça uma verdade em que Édipo e o coro não querem acreditar. No nível mais baixo encontramos o olhar de testemunha dos dois escravos. Um viu Jocasta lhe entregar uma criança para que a levasse à floresta e lá a abandonasse. O outro viu a criança na floresta, viu seu companheiro escravo lhe entregar esta criança e se lembra de tê-la levado ao palácio de Pôlibo.

Habitualmente se diz, quando se analisa a peça, que Édipo é aquele que nada sabia, que era cego, que tinha os olhos vendados e a memória bloqueada, pois nunca tinha mencionado e parecia ter esquecido os próprios gestos ao ter matado o rei no entroncamento dos três caminhos. Édipo, homem do esquecimento, do não-saber, homem do inconsciente para Freud. No entanto, para Foucault, Édipo, dentro do contexto de metades que se comunicam, jogo de respostas entre os pastores e os deuses, não é aquele que não sabia, mas, ao contrário, é aquele que sabia demais.

Aquele que unia seu saber e seu poder de uma certa maneira condenável.

Podemos notar a importância da temática do poder no decorrer de toda a peça. O que está em questão é essencialmente o poder de Édipo e é isso que faz com que ele se sinta ameaçado. Em Édipo Rei, ele não se defende de maneira alguma ao nível de sua inocência. Seu problema é apenas o poder. É interessado em manter a própria realeza que Édipo quer buscar a solução do problema dos habitantes de Tebas contra a peste. E quando começa a se sentir ameaçado pelas respostas que surgem em sua volta, quando o oráculo o designa e quando o adivinho diz de maneira mais clara ainda que é ele o culpado, sem responder em termos de inocência, Édipo diz a Tirésias: “Tu queres meu poder; tu armaste um complô contra mim, para me privar de meu poder”.

No momento da grande disputa com Creonte, ele lhe diz: “Trouxestes um oráculo de Delfos, mas esse oráculo tu o falseaste, porque, filho de Labéu, tu reivindicas um poder que me foi dado”. Ainda aqui Édipo se sente ameaçado por Creonte ao nível do poder e não ao nível de sua inocência ou culpabilidade.

E quando é convocada a última testemunha: o pastor de ovelhas (o escravo de Citéron), é como soberano que Édipo, ameaçando-o de tortura, lhe arrancará a verdade. Neste momento, o povo de Tebas diz: “Nós te chamávamos nosso rei”. Isto significa que o povo de Tebas, ao mesmo tempo que reconhece em Édipo quem foi seu rei, o declara agora destituído da realeza.

A alternância de poder corresponde ao perfil característico de Édipo, tendo o obtido através de uma série de histórias, de aventuras que fizeram dele inicialmente o homem mais miserável e, em seguida, o homem mais poderoso.

O personagem lendário do herói épico que perdeu sua cidadania e sua pátria e que, depois de um certo número de provas, reencontra a glória é o personagem histórico do tirano grego do fim do século VI e início do século V a.C. O tirano era aquele que depois de ter conhecido várias aventuras e chegado ao auge do poder estava sempre ameaçado de perdê-lo. A irregularidade do destino é característica do personagem do tirano tal como é descrito nos textos gregos desta época. Édipo é aquele que, após ter conhecido a miséria, conheceu a glória, aquele que se tornou rei após ter sido herói e, por ter usado a expressão “reerguer a cidade”, assemelha-se a Sólon que não é bem um tirano, mas o legislador, que se vangloriava de ter reerguido a cidade ateniense no fim do século VI.

Encontramos em Édipo uma série de características não mais positivas, mas negativas, da tirania. Várias coisas são reprovadas em Édipo em suas discussões com Tirésias e Creonte e até mesmo com o povo. Creonte, por exemplo, lhe diz: “Estás errado; tu te identificas com esta cidade e crês que ela te pertence; eu também faço parte desta cidade, ela não é somente tua”. Do mesmo modo, Édipo é aquele que não dá importância às leis e que as substitui por suas vontades e suas ordens. Quando Creonte o reprovava por querer exilá-lo, Édipo responde: “Pouco me importa que

seja justo ou não; é preciso obedecer assim mesmo”. Sua vontade será a lei da cidade. É preciso, portanto, reconhecer em Édipo um personagem historicamente definido pelo pensamento grego do século V: o tirano.

Este personagem do tirano não é só caracterizado pelo poder como também por um certo tipo de saber. O tirano grego era aquele que tomava o poder porque detinha ou fazia valer o fato de deter um certo saber superior em eficácia ao dos outros. Édipo é aquele que conseguiu resolver por seu pensamento, por seu saber, o famoso enigma da esfinge.

Se Édipo cai em uma armadilha é precisamente porque, em sua vontade de encontrar, ele prolongou o testemunho, a lembrança, a procura das pessoas que viram até o momento em que foi desenterrado do fundo do Citéron o escravo que havia assistido a tudo e que sabia a verdade. O saber de Édipo é esta espécie de saber de experiência. É ao mesmo tempo este saber solitário, de conhecimento, do homem que, sozinho, sem se apoiar no que se diz, sem ouvir ninguém, quer ver com seus próprios olhos. Saber autocrático do tirano que, por si só, pode e é capaz de governar a cidade.

O saber edipiano, o excesso de poder, o excesso de saber foram tais que ele se tornou inútil; o círculo se fechou sobre ele, ou melhor, os dois fragmentos da tésseira se ajustaram e Édipo, em seu poder solitário, se tornou inútil. Nos dois fragmentos ajustados a imagem de Édipo se tornou

monstruosa. Édipo podia demais em seu poder tirânico, sabia demais em seu saber solitário. Neste excesso, ele era ainda o esposo de sua mãe e irmão de seus filhos. Édipo é o homem do excesso, homem que tem tudo demais, em seu poder, em seu saber, em sua família, em sua sexualidade. Édipo, homem duplo, que sobrava em relação à transparência simbólica do que sabiam os pastores e haviam dito os deuses.

A tragédia de Édipo está bem próxima, portanto, do que será alguns anos depois a filosofia platônica. Para Platão, na verdade, o saber dos escravos, memória empírica do que foi visto, será desvalorizado em proveito de uma memória mais profunda, essencial, que é a memória do que foi visto no céu inteligível. O próprio Platão afirma, em sua teoria do rei filósofo, que o poder vem como resultado do saber.

Quem é visado pela tragédia de Sófocles ou pela filosofia de Platão, quando situadas em uma dimensão histórica, quem é visado por trás de Édipo, o sábio, o tirano que sabe, é o famoso sofista, profissional do poder político e do saber, que existia efetivamente na sociedade ateniense da época de Sófocles. Mas por trás dele quem é fundamentalmente visado por Platão e por Sófocles é uma outra categoria de personagem do que o sofista era como que o pequeno representante, continuação e fim histórico: o personagem do tirano. Este, nos séculos VI e VII, era o homem do poder e do saber, aquele que dominava tanto pelo poder quanto pelo saber que possuía.

6. O conhecimento da verdade em Édipo Rei (baseado na visão de Nietzsche)

Na peça Édipo Rei de Sófocles, observa-se o nascimento do processo e do inquérito no pensamento grego, como uma forma de verdade a ser definida a partir da prática penal; caracterizando-se como algo que nem é totalmente um mito, nem inteiramente uma tragédia, além de um episódio bastante curioso da história do saber e ponto de emergência do inquérito.

Foucault em sua primeira conferência faz alusão a Nietzsche, ao negar a preexistência de um sujeito de conhecimento. Nietzsche em um texto datado de 1873 afirma: “Em algum ponto perdido deste universo, cujo clarão se estende a inúmeros sistemas solares, houve, uma vez, um astro sobre o qual animais inteligentes inventaram o conhecimento. Foi o instante da maior mentira e da suprema arrogância da história universal”.

Nietzsche considera que o conhecimento foi inventado e que, portanto, ele não tem origem. Dizendo de maneira mais precisa, por mais paradoxal que seja, que o conhecimento não está em absoluto inscrito na natureza humana. Conseqüentemente, fazendo-se um paralelo com a segunda conferência de Foucault, pode-se dizer que conhecimento da verdade e poder são fabricados socialmente. O conhecimento não constitui o mais antigo instinto do homem. De fato, o conhecimento tem relação com os instintos, mas não pode estar presente neles, nem mesmo por ser um instinto entre os outros; o conhecimento é

simplesmente o resultado do confronto, da junção, da luta e do compromisso entre os instintos. É porque os instintos se encontram, se batem e chegam, finalmente, ao término de suas batalhas, a um compromisso, que algo se produz. Este algo é o conhecimento.

Nietzsche diz que só compreendemos porque há por trás de tudo isso o jogo e a luta destes três instintos, destes três mecanismos, ou dessas três paixões que são o rir, o deplorar e o detestar (ódio). Esses três impulsos têm em comum o fato de serem uma maneira não de se aproximar do objeto, de se identificar com ele, mas, ao contrário, de conservar o objeto à distância, de se diferenciar dele ou de se colocar em ruptura com ele, de se proteger dele pelo riso, desvalorizá-lo pela deploração, afastá-lo e eventualmente destruí-lo pelo ódio.

Fazendo um paralelo entre a postura adotada por Nietzsche e a peça de Édipo Rei, observa-se nesta, além de um inquérito em busca do conhecimento da verdade, uma mudança de paradigma do conhecimento adquirido. Quando Édipo assim indaga a Tirésias: “Por que silenciaste diante dos tebanos ansiosos por palavras esclarecedoras na época em que a Esfinge lhes propunha enigmas?... Pois eu cheguei, sem nada conhecer, eu, Édipo, e impus silêncio à Esfinge”.

Pois de onde vem o conhecimento de Édipo, quando o mesmo não consegue ver o triste fim que dele se aproxima? Quando Creonte, Tirésias, Jocasta e o Pastor

tentam convencer-lhe de deter seu inquérito, o mesmo Édipo envolto nas três paixões que são o rir (o fausto, as regalias palacianas), o deplorar (o desdém a tudo a que não se submete a ele) e o detestar (ódio a Creonte, a Tirésias e a todos aqueles que ameaçam a sua realeza), contribui para conservar o objeto à distância, de se colocar em ruptura com ele.

Todo o inquérito edipiano encontra-se inserido na visão de Nietzsche de que não há uma espécie de afeição, de impulso ou de paixão que nos faria gostar do objeto a conhecer, mas, ao contrário, impulsos que nos colocam em posição de ódio, desprezo, ou temor diante de coisas que são ameaçadoras e presunçosas.

Da mesma forma Édipo, em seu inquérito apresenta ódio, desprezo e temor por tudo o que possa ameaçar o seu reinado e, no entanto é este próprio sentimento que faz com que ele fique cego diante da verdade que todos já compreendem. Não há, portanto, no conhecimento uma adequação ao objeto, uma relação de assimilação, mas, ao contrário, uma relação de distância e dominação; não há no conhecimento algo como felicidade e amor, mas ódio e hostilidade; não há unificação, mas sistema precário de poder. Estas palavras resumem o que o conhecimento da verdade representou para Édipo, vendo-se cego, miserável e maldito, culpado e vítima do enredo da peça.

O conhecimento que Édipo diz possuir ao responder o enigma da Esfinge, de nada lhe vale diante do inquérito da morte de Laio. Nietzsche, sobre isso, diz que o conhecimento não é uma faculdade, nem uma estrutura

universal. Mesmo quando utiliza um certo número de elementos que podem passar por universais, esse conhecimento será apenas da ordem do resultado, do acontecimento, do efeito. O conhecimento é, cada vez, o resultado histórico e pontual de condições que não são da ordem do conhecimento, de limites derivados da natureza humana, do corpo humano. Não foi porque Édipo conseguiu responder o enigma naquela condição que lhe confere prerrogativas para situações futuras, neste caso o conhecimento não é absoluto.

O conhecimento esquematiza, ignora as diferenças, assimila as coisas entre si, e isto sem nenhum fundamento em verdade. Devido a isso, o conhecimento é sempre um desconhecimento. Por outro lado, é sempre algo que visa, maldosa, insidiosa e agressivamente, indivíduos, coisas e situações. Só há conhecimento na medida em que, entre o homem e o que ele conhece, se estabelece, se trama algo como uma luta singular, um duelo. O inquérito edipiano se desenvolve como um duelo em que Édipo, motivado pelo desejo de confirmar sua condição de rei, de defensor da causa do povo tebano, deve decifrar mais este enigma. O que para ele, no início seria motivo de glórias, se desmistifica e deforma num misto de ruína e maldição. Na verdade há uma luta em que na perspectiva de Édipo, ele está vencendo, mas que ao final ele se vê traído pelo destino e pelos deuses.

7. Conclusão

Édipo serve como material de estudo para as mais diversas áreas do conhecimento (especialmente a

filosófica e a científica). Sobre o “mito” de Sófocles já se debruçaram e perderam inúmeras noites de sonos monges copistas medievais (tentando salvar os manuscritos gregos traduzindo-os para o latim), cientistas sociais (buscando analisar as esferas do poder), filósofos (contemplando a moral, a ética, os costumes, a língua, a cultura) e humanistas (tentando mostrar que Édipo mesmo em sendo rei não passava de um mortal a vagar por ermas paragens).

Serve, inclusive, de pedra fundamental para a psicologia e a moderna psicanálise com os estudos de Freud e Lacan. O desejo humano mais primitivo – a tentação carnal pelos genitores, do Complexo de Édipo e de Electra, no feminino – foi apenas a entrada das portas da percepção para o mundo do superego.

Avanços são substanciais. Muito há ainda o que descobrir dessa fonte emanadora no que concerne ao inconsciente. E a ela sempre acorrerão iniciantes do pensar como fonte inspiradora para novos vôos; vôos mais altos e em direção do horizonte.

Nas disposições finais, tivemos a chance de ampliar a nossa bagagem de informações; incrementar a nossa concepção do direito através da transdisciplinariedade com outros ramos do conhecimento. Sua encenação possibilitou um maior desenvolvimento da retórica e da interpretação, tão necessária na aplicação do metiêr jurídico.

Fortaleza, junho de 2005.

8. Referências Bibliográficas

BRANDÃO, J. de S. **Dicionário Mítico-Etimológico da Mitologia Grega**. 2 vol. Petrópolis, Editora Vozes, 1991 e 1992.

BRANDÃO, J. de S. **Mitologia Grega**, volume III. Petrópolis, Editora Vozes, 1987.

BURNS, Edward. **História da civilização ocidental**. Porto Alegre, Globo, 1978.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo, Ática, 1994.

CROUZET, Maurice. **História geral das civilizações**. São Paulo, Difel, 1975.

ENCICLOPÉDIA SARAIVA DO DIREITO, vol. 47, coordenação do prof. R. Limongi, França, São Paulo: Saraiva, 1977. p. 68/74.

FREITAG, Bárbara. **Itinerários de Antígona**. Campinas, Papirus, 1992.

FONSECA, Gilson. **Noções Práticas de Processo Penal**. 1.ed. São Paulo: Aide, 1993. p. 234-237 e 270-272.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro, NAU Editora, 2003.

GIRARD, René. **A Violência e o Sagrado**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

GRECO FILHO, Vicente. **Manual de Processo Penal**. 3.ed. São Paulo: Saraiva, 1995. p. 358-367.

JAEGER, Werner. **Paidéia** – A formação do homem grego. São Paulo, Martins Fontes, 1986.

LAPLANCHE & PONTAIS. **Vocabulário de psicanálise**. São Paulo, Martins Fontes, 2000.

MARCONDES, Danilo. **Textos básicos de Filosofia** – Dos pré-socráticos a Wittgenstein. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.

NIETZSCHE, Friedrich W. **Ecce Homo**. São Paulo, Martin Claret, 2001.

NORONHA, Edgard de Magalhães. **Curso de Direito Processual Penal**. 20.ed., São Paulo: Saraiva, 1990. p. 240-261.

SÓFOCLES. **Trilogia Tebana**, incluindo Édipo Rei, Édipo em Colono e Antígona. Trad. e apres. de Mário da Gama Kury. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1989.

STRECK, Lenio Luiz. **Tribunal do Júri** - Símbolos & Rituais. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1993. p. 39-45.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Prática de Processo Penal**. 13.ed. São Paulo: Saraiva.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Processo Penal**. 17.ed. São Paulo: Saraiva, 1995. p. 43-49-53-55-63.

VASCONCELOS, Arnaldo. **Direito, humanismo e democracia**. São Paulo, Malheiros, 1998.

VERNANT, J.-P. , VIDAL-NAQUET, P. **Mito e Tragédia na Grécia Antiga**. São Paulo: Duas Cidades, 1977.

VERNANT, Jean-Pierre. **As Origens do Pensamento Grego**. Rio de Janeiro: Difel, 2003.

VICENTINO, Cláudio. **História Geral**. São Paulo, Editora Scipione, 2001.